

AO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Ref.: Pregão Eletrônico 90008/2025

ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA, licitante no certame em referência, vem, respeitosamente, com amparo no art. 165 da Lei 14.133/21, interpor;

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS de informática e serviços Ltda, CNPJ 52.593.052/0001-78, apresentando as razões de sua irresignação pelo que passa a expor, deduzir e requerer a seguir:

1. PRELIMINAR - A VINCULAÇÃO DOS LICITANTES ÀS CONDIÇÕES PRÉ-ESTABELECIDAS NO ATO CONVOCATÓRIO E A LEGISLAÇÃO INCIDENTE COMO CONDIÇÃO AO JULGAMENTO ISONÔMICO.

O princípio da vinculação dos licitantes às regras editalícias alinhadas à legislação, obriga o cumprimento estrito das mesmas, sob pena de seu afastamento do certame. Assim, as comprovações documentais exigidas em Edital são da maior relevância ao tratamento equânime dos interessados e serve de parâmetro técnico-legal aos julgadores, assim como as características técnicas do objeto ofertado. Desta forma proposta da licitante **CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.**, nos itens 1,2 e 3 não encontram respaldo legal diante de um procedimento formal como é o licitatório.

O indispensável tratamento igualitário dos concorrentes repele a criação de desigualdade injustificada decorrente da igualação dos desiguais. Isso ocorre quando o julgamento coloca lado a lado licitante cumpridor das regras e outro descumpridor - aqui sobressai o julgamento anti-isonômico dos contendores produzido pelo julgamento - e nessa condição, ILEGAL.

Vejamos as impropriedades determinantes de inabilitação da licitante supracitada.

2 – AS FALHAS NA PROPOSTA DA LICITANTE CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.

2.1 Ao analisar a proposta da empresa CENTERDATA, veremos que a mesma deixou de atender importantes exigências editalícias:

1º Ponto de falha

O equipamento ofertado na proposta possui memória DDR4 de 3200 MHz, característica compatível com a placa-mãe POS-RIH670EU, a qual não dispõe dos 2 (dois) slots M.2 exigidos para expansibilidade, conforme determinado no edital.

2º Ponto de falha

A licitante não apresentou a comprovação do Ssd MTBF de 1.400.000h.

3º Ponto de falha

O processador do equipamento ofertado não possui gerenciamento VPRO.

2.2 Inicialmente, ressaltamos que a RECORRENTE, ou “Athenas” é uma empresa séria com 28 anos de história ilibada, e elabora a presente razão recursal no intuito de ROGAR pela isonomia do PE 90008/2025 promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe.

2.3 Cumpre destacar que as exigências para atendimento integral ao edital, são da maior importância, sendo essas expressas de maneira clara, obrigando que os licitantes tenham atenção máxima à vinculação do instrumento convocatório.

2.4 Feitas, portanto, tais ponderações, demonstraremos com mérito e direito líquido e certo que a licitante **CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA**, não pode ser considerada como habilitada, já que desconsiderou regras preestabelecidas obtendo assim vantagem ilícita no certame.

3 – DOS FATOS (*Narratio facti*)

3.1 A empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA foi declarada habilitada neste certame, não obstante o descumprimento das exigências editalícias, especialmente no que tange à conformidade técnica dos equipamentos ofertados. Consoante o disposto no 4.12.4. onde prevê a seguinte especificação:.

4.12.4 Placa Mãe

[...]

4.12.4.2 A placa-mãe deverá possuir 2 (dois) slots PCIe M.2 para instalação de SSDs.

[...]

3.2 Por ocasião da apresentação de sua proposta, a Centerdata indicou como equipamento o modelo **POSITIVO MASTER C6400 MINIPRO**, cuja configuração inclui memória DDR4 de 3200MHz — característica compatível com a placa-mãe **POS-RIH670EU** - que, conforme documentação técnica do fabricante, **possui apenas 1 (um) slot M.2, não atendendo, portanto, à exigência editalícia.**

Positivo C6400; Processador Intel Core i5-13400T; **Memória 16 GB DDR4** de 3200MHz; Armazenamento SSD 512 GB PCIe NVMe M.2; Wi-Fi 6; Teclado com Fio USB; Mouse Óptico com Fio USB; Windows 11 Pro; Monitor Positivo 24BL550J; **Garantia** de 60 meses on-site.

Fonte: Proposta anexada ao sistema

Expansão	1x PCIe x1 (M.2 2230) para WiFi
	1x PCIe Gen 4 x4/SATA (M.2 2280) para SSD com suporte a AHCI e NVMe
	1x PCIe Gen 4 x4/SATA (M.2 2280) para SSD com suporte a AHCI e NVMe (apenas para placa-mãe POS-RIH670FA)
	1x SATA III para Unidades de Armazenamento de 2.5" (bandeja de fixação opcional)
Memória RAM (opções)	2x slots SODIMM, suporte ao modo Dual Channel, até 64 GB ¹ SDRAM (Unbuffered, Non-ECC)
	Memória DDR4 de 3200MHz é suportada pela placa-mãe POS-RIH670EU
	Memória DDR5 de 4800MHz/5600MHz é suportada pela placa-mãe POS-RIH670FA
	Suporta memória de 4800 MT/s em computadores com um processador Intel Core i3-12100/ i3-12100T /i5-12500/ i5-12500T ou Intel Core i3-14100/ i3-14100T/i5-14400/ i5-14400T/i5-14500/i5-14500T Suporta memória de 5600 MT/s em computadores com um processador Intel Core i5-14600/ i5-14600T/i7-14700/ i7-14700T

Fonte: Datasheet do equipamento anexado ao sistema

3.3 Contudo, após a fase de lances e classificação, o pregoeiro promoveu diligência junto à licitante vencedora — ora impugnada — por meio do chat do portal de licitações, solicitando a confirmação do modelo da placa-mãe efetivamente ofertada. Em resposta, a empresa declarou tratar-se do modelo POS-RIH670FA, que, diferentemente do equipamento originalmente descrito na proposta, possui os 2 (dois) slots M.2 exigidos no item 4.12.4.2 do edital.

Mensagem do Pregoeiro

Item 2

Para 52.593.051/0001-78 - Sr. fornecedor, a especificação do equipamento cita o modelo de placa mãe POS-RIH670FA como opcional, qual o modelo de placa mãe do equipamento ofertado?

Enviada em 03/04/2025 às 14:07:35h

Mensagem do Participante

Item 2

De 52.593.051/0001-78 - A placa mãe ofertada é a POS-RIH670FA

Enviada em 03/04/2025 às 14:11:55h

3.4 Restou evidente, a partir da diligência realizada pelo pregoeiro, que o equipamento originalmente ofertado pela licitante não atende às exigências estabelecidas no edital. Isso porque a empresa apresentou, em sua proposta, uma especificação técnica incompatível com o item exigido — indicando um equipamento com características correspondentes à placa-mãe POS-RIH670EU. Contudo, somente em sede de diligência, por meio de mensagem no sistema, a licitante passou a afirmar que o modelo efetivamente ofertado seria outro: a POS-RIH670FA, ou seja, ALTEROU a substância da sua proposta.

3.5 Em outras palavras, a proposta inicial contempla equipamento com memória DDR4 de 3200 MHz, que é compatível exclusivamente com a placa POS-RIH670EU — **a qual não possui os dois slots M.2** exigidos pelo edital. Apenas após a constatação da desconformidade, já na fase de diligência, a licitante tentou sanar a irregularidade informando a adoção da placa POS-RIH670FA, equipada com memória DDR5 de 4800 MHz e com suporte aos dois slots M.2. Tal substituição, entretanto, altera substancialmente a proposta inicial, o que é vedado pela legislação vigente.

3.6 Importante destacar que a diligência prevista no art. 64 da Lei 14.133/2021 não pode ser utilizada para permitir a modificação do conteúdo da proposta, mas apenas para esclarecimentos ou complementações documentais que não alterem a substância da proposta:

*“Art. 64. da Lei nº 14.133/2021: Na fase de julgamento das propostas, poderá o pregoeiro ou a comissão de contratação promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.**”* Grifo nosso

3.7 Em análise contínua, quanto ao segundo ponto de desconformidade da proposta apresentada, o Edital estabelece, no item 4.12.3 – Unidades de Armazenamento, a seguinte exigência técnica:

"4.12.3 Unidades de Armazenamento

4.12.3.3 A unidade de armazenamento deverá apresentar MTBF (Mean Time Between Failures) de 1.400.000 horas ou 50.000 ciclos de Power On/Off."

3.8 Tal exigência tem por objetivo assegurar a confiabilidade e a durabilidade do componente de armazenamento, especialmente considerando o uso contínuo e intensivo em ambientes institucionais.

3.9. No entanto, a licitante ora impugnada **não apresentou documentação técnica comprobatória da conformidade do SSD ofertado com os parâmetros mínimos exigidos**, especialmente quanto ao **MTBF de 1.400.000 horas** ou aos **50.000 ciclos de Power On/Off**, conforme claramente exigido no item 4.12.3.3 do edital. A **ausência de catálogo técnico, datasheet ou declaração do fabricante que comprove essas especificações** configura descumprimento da exigência editalícia, violando, assim, o disposto no **art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que determina a desclassificação de propostas **que não atendam às exigências do edital da licitação**. Portanto, é possível afirmar categoricamente que a licitante não possui alternativa para substituir a fonte ofertada por outra que atenda aos requisitos do edital.

3.10 Em relação ao terceiro ponto de falha na proposta da licitante CENTERDATA, verificamos que a solução de gerenciamento Realtek DASH do equipamento ofertado não possui gerenciamento conforme exigido, mais especificamente sobre, a possibilidade de gerenciamento mesmo estando fora da rede corporativa e sobre a notificações e consentimento do usuário conforme os Itens 4.12.5.19 e 4.12.5.21 do Termo de Referência:

4.12.5 BIOS

[...]

4.12.5.19 O gerenciamento remoto "Out-of-Band" deverá ser suportado tanto em equipamentos dentro quanto fora da rede corporativa (incluindo através de firewalls).(grifo nosso)

[...]

4.12.5.21 O sistema deverá possibilitar o acesso remoto e controle do vídeo, mouse e teclado do usuário, com acesso gráfico à BIOS e ao POST da máquina, independentemente do estado ou versão do sistema operacional. O acesso deverá ser feito através de protocolo TCP/IP. Todo o hardware necessário para essa funcionalidade (placa-mãe, placa de rede e processador) deverá fazer parte do escopo da contratação. O usuário deve ser notificado e consentir que seu equipamento será acessado remotamente. (grifo nosso)

[...]

Matriz – Porto Alegre / RS CNPJ:01425676/0001-90

Rua Buarque de Macedo, 439 / CEP: 90.230-250 – Porto Alegre - RS

Filial – São José / Santa Catarina CNPJ:01425676/0005-13

Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 362 conj 201 / CEP: 88.106-500 – São José - SC

Filial - Serra / ES CNPJ:01425676/0003-51

Rodovia ES-010, nº 2594, KM 2.60, Quadra Cha, Lote 343, Sala B46, Jardim Limoeiro, Serra/ES CEP 29.164-140.

Fone central: (51) 3363-4800 e 0800-0064001 - E-mail: licita@athenas.inf.br

3.11 Constata-se que os itens 4.12.5.19 e 4.12.5.21 do Termo de Referência estabelecem, de forma categórica, a necessidade de gerenciamento remoto avançado, por meio de acesso "Out-of-Band" — ou seja, fora do sistema operacional —, inclusive em ambientes externos à rede corporativa (como por meio de firewalls), além do acesso remoto gráfico à BIOS e ao POST da máquina, com controle total de vídeo, mouse e teclado via protocolo TCP/IP, independentemente do estado do sistema. Reforça-se ainda que o edital é explícito ao exigir que todo o hardware necessário para esse tipo de gerenciamento (incluindo placa-mãe, processador e placa de rede) deve integrar o escopo da contratação.

3.12 Contudo, a proposta apresentada pela licitante CENTERDATA especifica o uso do processador Intel Core i5-13400T, em conjunto com chipset H610 e placa de rede Realtek RTL8111FP. Tais componentes não suportam a tecnologia Intel vPro com AMT (Active Management Technology), padrão amplamente reconhecido no mercado para viabilizar, em conjunto, o gerenciamento Out-of-Band, acesso à BIOS remoto e KVM over IP **com notificação e consentimento do usuário**.

3.13 O processador Intel Core i5-13400T, possui somente o gerenciamento básico da Intel (vPro Essential), e não o vPro Enterprise, sendo que somente este segundo, poderia habilitar as funções de acesso remoto gráfico à BIOS e ao POST da máquina, com controle total de vídeo, mouse e teclado via protocolo TCP/IP, independentemente do estado do sistema.

Security & Reliability

Intel® Standard Manageability (ISM) 

Yes

Intel® Standard Manageability (ISM) 

Intel® Standard Manageability is the manageability solution for Intel vPro® Essentials platforms and is a subset of Intel® AMT with out-of-band management over Ethernet and Wi-Fi, **but no KVM** or new life cycle management features.

Fonte: <https://www.intel.com/content/www/us/en/products/sku/230577/intel-core-i513400t-processor-20m-cache-up-to-4-40-ghz/specifications.html>

3.14 Neste sentido, cumpre repisar a informação que o processador ofertado para atender à exigência do gerenciamento solicitado (acesso remoto independente do estado do sistema operacional), deve possuir capacidade de gerenciamento Intel vPro Enterprise, cujo trazemos o exemplo claro da diferença pelo próprio datasheet da Intel.

Intel vPro® Eligibility ¹



The Intel vPro® platform is a set of hardware and technologies used to build business computing endpoints with premium performance, built-in security, modern manageability, and platform stability. The launch of 12th Gen Intel® Core™ processors introduced Intel vPro® Enterprise and Intel vPro® Essentials branding.

- **Intel vPro® Enterprise:** Commercial platform offering the full set of security, manageability, and stability features for any given Intel processor generation, including Intel® Active Management Technology
- **Intel vPro® Essentials:** Commercial platform offering a subset of Intel vPro® Enterprise features, including Intel® Hardware Shield and Intel® Standard Manageability

Fonte: <https://www.intel.com/content/www/us/en/products/sku/230578/intel-core-i513500t-processor-24m-cache-up-to-4-60-ghz/specifications.html>

3.15 Importante destacar que o acesso "Out-of-Band" e o controle KVM (teclado, vídeo e mouse) com visualização gráfica da BIOS não podem ser implementados apenas por software, tampouco de forma parcial (como no presente caso) ou improvisada. O edital é claro ao condicionar a funcionalidade à presença de hardware nativamente compatível, o que exclui qualquer solução baseada exclusivamente em acesso remoto pelo sistema operacional, como ferramentas do tipo VNC, RDP ou similares.

3.16 Portanto, diante da incompatibilidade técnica entre os requisitos editalícios e os componentes de hardware ofertados, não resta alternativa senão a desclassificação da proposta da licitante, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que determina a exclusão de propostas que não atendam às exigências do edital. Ademais, permitir a continuidade da proposta contrariaria os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública (art. 5º, incisos IV, V e XII, da mesma lei).

3.17 Diante do exposto, temos razões suficientes para solicitar desclassificação da CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, utilizando a isonomia como balizador de nossa solicitação, o afastamento da licitante deste processo, já que desconsiderou diversas regras presente no instrumento convocatório levando assim vantagem ilícita no certame.

3.18 Pelas razões expostas, entende esta Recorrente, ser seu direito não continuar ao lado de licitantes descumpridores de regra legal, porque além de inerente ao processo concorrencial tal postura, esse é o seu direito público subjetivo estampado de acordo com a Lei, como deve ser a procedimentalização desta licitação, em homenagem à legalidade a que se deve submissão.

4 - O DIREITO DESTA RECORRENTE

4.1 Sem duvidar, os julgamentos das licitações, devem ocorrer sempre com amparo legal, **e muito especialmente como pré-estabelecido no seu instrumento convocatório - o Edital.** Não pode qualquer licitante ser surpreendido com a classificação de seu concorrente, quando este descumpra comando que regulava a competição licitatória.

4.2 O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

4.3 Vê-se, Senhores Julgadores, a impossibilidade jurídica de permanência neste item, da licitante CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, por não atender as exigências editalícias.

5 - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

5.1 O equipamento ofertado não atende ao descritivo exigido no Edital, desta forma a licitante ora impugnada deve ser desclassificada do certame por ofertar produto com características que não atendem ao descrito nas especificações técnicas.

5.2 A Comissão de Licitação, sem maiores considerações, acabou por aceitar o equipamento ofertado que teve seu modelo alterado em sede de diligência, reputando cumprida a exigência de que se cogita.

5.3 Essa atitude é manifestamente ilegal, à medida que, por óbvio, uma simples consulta no catálogo apresentado é possível verificar que o equipamento não atende as características exigidas no Edital.

5.4 A Administração Pública deve garantir o estrito cumprimento dos requisitos do edital, vedando-se a flexibilização das exigências para favorecer determinado licitante.

5.5 O princípio da isonomia (art. 5º da Constituição Federal e art. 5º da Lei 14.133/2021) impõe que todos os licitantes sejam avaliados com base nos mesmos critérios e requisitos previstos no edital. Portanto, admitir a habilitação de uma empresa que não cumpre os requisitos do edital viola o princípio da legalidade e compromete a lisura do certame.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

5.6 Ademais, o artigo 59 inciso II da Lei 14.133/2021 dispõe que a Administração deve desclassificar a propostas que não atende as especificações técnicas previstas no Edital:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7 Logo, a licitante ora declarada vencedora deve ser desclassificada do Edital por ofertar equipamento que não atende as especificações técnicas exigidas no Edital.

6 – DA SOLICITAÇÃO:

6.1 Na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo este recurso, o qual certamente será deferido, evitando assim, maiores transtornos e a aceitação de um contrato duvidoso que trará prejuízos ao julgamento objetivo desta Administração Pública.

6.2 Em face ao exposto, forte nos princípios balizadores do procedimento licitatório, na legislação aplicável à situação de que se cuida e nas regras do Edital Licitatório, bem como tendo por base as razões contundentes apresentadas por esta recorrente pedimos:

a) **CONHECER**, e **NO MÉRITO DAR PROVIMENTO** ao recurso administrativo interposto pela licitante **ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA**, desclassificando a proposta apresentada pela licitante **CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA**, do **PE 90008/2025**.

**Nestes Termos, Pedimos
Bom Senso, Legalidade
e Deferimento.**



ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA
ANDRÉ FELIPE HENKIN
SÓCIO-GERENTE

